



Fórum
Nacional
DCA

Informativo

FNDCA

Jornal do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes
Ano 1, nº 02, Novembro de 2005 - Brasília-DF

IMPRESSO



Editorial

*Novo Secretariado,
novos tempos e muitos desafios*
(Pg. 02)

*O Fórum Nacional que queremos
nos próximos dois anos*
(Pg. 03)

*Novo Secretariado Nacional
assume em dezembro*
(Págs. 04 e 05)

*13 fóruns estaduais
foram visitados em 2005*
(Pg. 08)

*Conferência Nacional discutirá
importância da participação social
na construção de políticas voltadas
para a infância e adolescência*
(Págs. 10 e 11)



Distribuição Gratuita



Subsecretaria
de Direitos Humanos

Secretaria-Geral da
Presidência da República



É com satisfação que apresentamos ao público o número 2 do Informativo FNDCA. Pelas manifestações carinhosas que recebemos, podemos aferir que nossa publicação já é um sucesso. Nesta edição, destacamos a realização da Assembléia Nacional do Fórum Nacional DCA, em setembro último, que teve como enfoque principal o desenho do Fórum que queremos para os próximos anos, a partir de uma análise da conjuntura atual.

Durante a Assembléia foi eleito ainda um novo Secretariado Nacional, que terá a missão de dirigir a organização nos próximos dois anos. O Secretariado novo toma posse em dezembro. Assim, esta edição também é uma despedida para parte dos atuais ocupantes do Secretariado. Duas entidades foram reeleitas e continuam à frente do Fórum com os mesmos representantes: Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social - IBISS (Tiana Sento-Sé) e Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (Itamar Batista Gonçalves).

É, portanto, um momento para agradecermos a inestimável colaboração que as outras duas entidades e seus representantes deram ao Fórum Nacional nos últimos anos: União Brasileira de Educação e Ensino UBEE/Marista (Vicente Falqueto) e Conselho Federal de Psicologia - CFP (Natércia Learth e mais recentemente Iolete Ribeiro). A dedicação e a competência deles servirá de inspiração e exemplo para a nova etapa que vem pela frente.

Também não podemos deixar de dar as boas-vindas às duas novas entidades que passarão a fazer parte do Secretariado Nacional e os seus representantes: Fundação Fé e Alegria (Carlos Fritzen) e Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista (Jimena Grignani).

Os desafios para o Fórum Nacional DCA nos próximos dois anos são enormes. A sociedade civil organizada mais do que nunca vive o difícil exercício de exercer seu papel de controle social. Para isso, a participação de todos é fundamental. O Fórum Nacional DCA só existe porque representa a luta das entidades filiadas e dos fóruns e frentes estaduais. O Secretariado Nacional tem importantes responsabilidades, mas necessita do apoio e participação de todos. Só assim conseguiremos dar visibilidade e sucesso às nossas ações.

Neste segundo número do Informativo FNDCA, mostramos alguns dos desafios do presente e do futuro, como, por exemplo, o crescimento da articulação com os estados brasileiros e também com Ongs de países vizinhos que também atuam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Destacamos também a realização da VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 12 a 15 de dezembro, em Brasília (DF), com o mais que apropriado tema "Participação, Controle Social e Garantia de Direitos por uma Política para a Criança e o Adolescente".

Esperamos que este Informativo cumpra seu papel de melhorar e ampliar a comunicação de todos aqueles e aquelas que de uma maneira ou de outra se relacionam com o Fórum Nacional DCA e lutam pela defesa dos direitos da criança e do adolescente. Enviem suas críticas e sugestões para comunicacao@forumdca.org.br. Sua opinião é muito importante para nós. Boa leitura!

Secretariado Nacional do Fórum Nacional DCA



Expediente

Publicação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum Nacional DCA), um espaço democrático da sociedade civil que tem como missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Jornalista Responsável: Luís Cláudio Alves - Registro profissional: 2.434/13/06/DF.

Fotos: acervo do Fórum Nacional DCA e Girassolidário.

Secretariado Nacional: Vicente Falqueto - Secretário Nacional (UBEE - União Brasileira de Educação e Ensino - Marista), Itamar Batista Gonçalves - Secretário Adjunto (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente), Iolete Ribeiro - Secretária de Finanças (CFP - Conselho Federal de Psicologia), Tiana Sento-Sé - Secretária de Articulação (IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Sociais).

Suplência
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Conselho Fiscal
Amencar, Inesc e Pastoral do Menor. Suplentes: CGT e Cecria.

Secretaria Executiva Fórum Nacional DCA
SAS Quadra 05 - Bloco N - Lote 01 - sala 218 - 70.070-913 - (61) 3323-6992 ou 3322-6444
Selma Batista (secretária executiva)
Luís Cláudio Alves (assessor de comunicação)
Gracieleia Lima Aguiar (assistente financeiro)
forumdca@forumdca.org.br
comunicacao@forumdca.org.br
www.forumdca.org.br

O Fórum Nacional que queremos nos próximos dois anos



Com uma participação expressiva e efetiva das entidades filiadas e de representantes de fóruns estaduais de todo o País, o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou em setembro passado sua XIV Assembléia Nacional. Além da eleição do novo Secretariado (veja nas páginas 4 e 5) e da definição das ações do Fórum para os próximos dois anos, a Assembléia contou ainda com uma avaliação da conjuntura

atual (detalhes a partir da página 6), apresentada pela professora da UERJ Elaine Rosseti Behring, e um balanço político e financeiro da atual gestão.

Divididos em quatro grupos, os participantes da Assembléia trabalharam no planejamento de ações divididas em quatro eixos: Fortalecimento do Fórum Nacional, Relação entre Fórum e Conselhos, Mobilização do Fórum Nacional DCA e dos Fóruns Estaduais e Ações de Monitoramento. O resultado do trabalho foi muito rico e abrangente. As propostas foram sistematizadas e serão o ponto de partida para o Planejamento Estratégico que o novo Secretariado Nacional realizará nos dias 9, 10 e 11 de dezembro.

Conheça aqui algumas das ações propostas durante a Assembléia:

- Elaborar um Regimento Interno do Fórum DCA
- Propor pautas ao Conanda
- Avaliar, controlar e divulgar as ações do PPA, LDO e LOA
- Inserir e dar voz ao protagonismo juvenil dentro do Fórum
- Fazer um grande Fórum buscando fortalecimento junto à sociedade civil e outros fóruns (de Direitos Humanos, PETI, Enfrentamento a Exploração Sexual, da Juventude, Orçamento etc...)
- Construção de uma agenda única sob a liderança do Fórum DCA
- Fazer uma campanha "O Orçamento é Público"
- Criar Comissões Temáticas para garantir o debate nacional (Saúde, educação, assistência social, violência contra crianças e adolescentes, orçamento e fundo...)
- Acompanhar a implementação da política de abrigos e unidades privativas de liberdade
- Solicitar senhas para acesso aos sistemas de planejamento e execução do orçamento criança e adolescente da União

A Assembléia foi realizada com recursos do projeto de qualificação da intervenção da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e financiado com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, por meio de convênio com a Subsecretaria de Direitos Humanos.



Seis novas entidades se filiaram ao Fórum Nacional DCA

Seis novas entidades tiveram suas filiações ao Fórum Nacional DCA aprovadas no mês passado, durante a XIV Assembléia Ordinária, realizada em Brasília (DF).

As novas entidades filiadas ao Fórum são:

Criança Segura - Safe Kids Brasil

Responsável: Gabriela Breláz

Fone: (11) 3371-2383

E-mail: gabriela@criancasegura.org.br

Site: www.criancasegura.org.br

Ágere - Cooperação em Advocacy

Responsável: : Iradj Roberto Eghari

Fone: (61) 3248-4742

E-mail: agere@agere.org.br

Site: www.agere.org.br

Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas (FENATIBREF)

Responsável: Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho

Fone: (31) 3423-8686

E-mail: sintibref.minas@uol.com.br

União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE/Marista)

Responsável: Pedro Vilmar Ost

Fone: (51) 3314-0300

E-mail: ostpedro@maristas.org.br

Site: www.maristas.org.br

Plan

Responsável: Eziane Cavalcanti

Fone: (81) 2119-7559

E-mail: eziane.cavalcanti@plan-international.org.br

ou planbrasil@uol.com.br

Site: www.plan-international.org.br

União Catarinense de Educação (UCE/Marista)

Responsável: Michelle Polato de Meira

Fone: (48) 3223-1222 ou (41) 3271-2280

E-mail: mmeira@marista.org.br

Site: www.marista.org.br

Novo Secretariado Nacional assume em dezembro

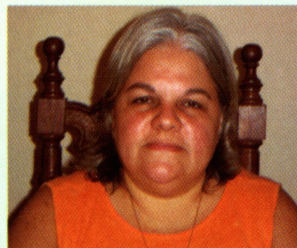
O novo Secretariado do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, eleito na assembléia de setembro, tomará posse em dezembro. Em novembro foi definida a distribuição das funções entre as entidades eleitas. A Secretária Nacional será ocupada por Tiana Sento-Sé (**IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social**). O Secretário Adjunto será Carlos Fritzen (**Fundação Fé e Alegria**). Itamar Gonçalves (**Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente**) ocupará a Secretaria de Articulação e Jimena Grignani (**Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista**) a Secretaria de Finanças.

Na suplência ficaram o **Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria)** e a **Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)**.

Também foi escolhido um novo Conselho Fiscal: **OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Pastoral do Menor - CNBB e CUT - Central Única dos Trabalhadores**. Na suplência do Conselho Fiscal ficaram a **FENATIBREF - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas** e a **Comunidade Baha'i**.



Secretariado Nacional - Biênio 2006/2007



Secretária Nacional:

Tiana Sento-Sé
46 anos Natural de Salvador (Bahia)
Pedagoga
Presidente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro e Coordenadora Pedagógica do Instituto Brasileiro de Inovações Sociais (IBISS).

Instituto Brasileiro de Inovações Sociais (IBISS)

Há mais de 12 anos, o Instituto Brasileiro de Inovações Sociais (IBISS) vem trabalhando como um autêntico pássaro guerreiro: ajudando quem precisa a voar com as próprias asas. Tendo como foco os brasileiros que vivem nas ruas, favelas e na periferia das grandes cidades, os projetos desenvolvidos por esta Organização Não-Governamental visam colaborar, de forma inovadora, na construção de uma sociedade com mais saúde social, em que todos tenham acesso aos serviços públicos, onde doenças e desigualdades sociais sejam combatidas e os direitos humanos respeitados.

Para tornar isso realidade, o IBISS investe na construção de pontes entre as populações excluídas e os serviços públicos, muitas vezes fornecendo suporte às ações governamentais nas áreas de educação e saúde, lutando para implantar novos paradigmas - e para que os governos se responsabilizem pelas ações tanto logística quanto financeiramente. Considerado de utilidade pública federal, o IBISS também colabora na formação política das lideranças locais, a fim de que as comunidades conquistem mais autonomia na defesa de seus direitos.

Secretário Adjunto

Carlos Fritzen
42 anos
Natural de Campina das Missões (Rio Grande do Sul)
Filosofia e Teologia e pós-graduação em Administração e Educação
Diretor Presidente da Fundação Fé e Alegria do Brasil



Fundação Fé e Alegria do Brasil

A Fundação Fé e Alegria do Brasil é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, uma obra educativa e social dos jesuítas. A Fé e Alegria é um Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social cuja ação, impulsionada pela Fé Cristã, se dirige de forma co-participativa aos setores empobrecidos, principalmente, crianças e jovens. Privilegiando por razões étnicas, culturais, de gênero ou por necessidades educativas especiais, provoca o envolvimento de pessoas, grupos e instituições em torno do desafio de construir um projeto de transformação baseado nos valores de justiça, participação e solidariedade.

Para a Fé e Alegria, a educação é estratégia fundamental para alcançar uma sociedade justa, fraterna e democrática. A Fundação Fé e Alegria do Brasil organiza-se em 4 regionais: Centro-Leste, Equatorial (Bahia), Brasil Meridional e Brasil Setentrional. Para a coordenação geral e como apoio às Oficinas Regionais, existe um Escritório Nacional com sede em São Paulo. No desenvolvimento de suas ações educativas, culturais, de promoção social e garantia dos direitos, a Fundação estabelece parcerias com os movimentos populares, universidades, Ongs, órgãos públicos, iniciativa privada e a cooperação internacional; estimula a participação de voluntários; mobiliza e articula leigos, congregações religiosas e outras igrejas cristãs a somarem esforços.

Secretário de Articulação

Itamar Batista Gonçalves

42 anos

Natural de Belo Horizonte

Geógrafo

Gerente de Mobilização e Políticas Públicas da Fundação

Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

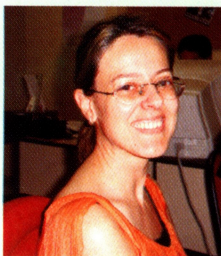


Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente é uma organização sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, com a missão de defender os direitos e promover o exercício da cidadania de crianças e adolescentes. A Fundação beneficia atualmente cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes.

Sua gênese remete a um grupo de empresários do setor de brinquedos indignados com a dramática situação da infância brasileira no final dos anos 80. Sensibilizados com fatos alarmantes divulgados diariamente pela imprensa naquela época, tais como o de que o país registrava 350 mil óbitos anuais de crianças com menos de 5 anos de idade, esses empresários iniciaram um movimento que buscava uma grande parceria com diversos setores empresariais do país, com o propósito de mudar esta realidade.

Fruto desta mobilização, em 1990, mesmo ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nasceu a Fundação Abrinq.



Secretária de Finanças

Jimena Djauara Grignani

37 anos Natural de Londrina (Paraná) Psicóloga e Arte Educadora

Coordenadora Geral da Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC/Marista)

Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC/Marista)

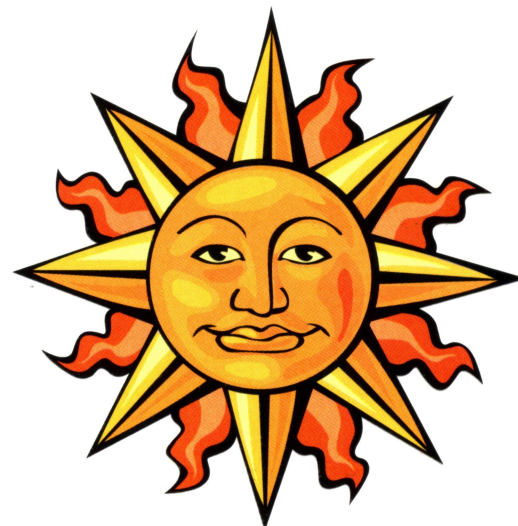
A Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC) foi criada em 1958, com a finalidade de manter e administrar as Obras da antiga Província Marista de São Paulo, que, na ocasião, abrangia os Estados de São Paulo, Paraná e Distrito Federal. Contando com profissionais bem preparados e comprometidos com os ideais maristas, a ABEC estruturou e administrou grandes Colégios, Obras Sociais e outras organizações ligadas à Educação. Atualmente, a ABEC compõe o quadro de Mantenedoras da Província Marista do Brasil Centro-Sul, em conjunto com a APC e a UCE.

Presentes em 78 países, os Irmãos Maristas atuam em todo o mundo em escolas, obras sociais, universidades, editoras e hospitais, proporcionando a crianças e adolescentes, especialmente aos mais necessitados, educação de grande qualidade, formando bons cristãos e virtuosos cidadãos.

Suplências:

Cecria - É uma organização da sociedade civil, fundada em 1993, constituída como Ong regida por Estatuto e Regimento Interno, aprovados em Assembléia Geral composta de associados fundadores, associados permanentes e colaboradores. Seu trabalho se dedica às crianças e adolescentes do Brasil, pelo fim de todas as formas de violência e garantia de todos os direitos humanos. Seu foco principal de atuação tem sido a produção do conhecimento sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.

CGT - É uma associação civil com prazo indeterminado de duração, adota a pluralidade partidária, com jurisdição em todo território brasileiro e filiais em todos os Estados. É entidade de grau máximo de representação sindical e tem a finalidade de coordenar, representar e defender os direitos e os interesses dos trabalhadores. A sua executiva é composta por 85 membros, com mandato de quatro anos, eleita em Congresso Nacional Ordinário.



Avaliação da Assembléia superou expectativas

Ao final da Assembléia Nacional do Fórum DCA, os participantes fizeram uma avaliação e os resultados obtidos revelam que o encontro atingiu seus objetivos com méritos. Para 70% dos participantes, a análise de conjuntura apresentada foi ótima. Em relação à infra-estrutura, os 74% dos participantes a consideraram ótima. O índice de satisfação com a hospedagem (86% ótimo) e alimentação (88% ótimo) também foram altíssimos.



Avaliação da XIV Assembléia Ordinária do Fórum Nacional DCA por seus participantes

Avaliação	Ótimo	Bom	Regular	Fraco	Não Opinou	Totalização
Apresentação das atividades do fórum	51%	41%	6%	2%	0%	100%
Apresentação do balanço financeiro	23%	55%	18%	4%	0%	100%
Análise de conjuntura	70%	24%	4%	0%	2%	100%
Debate	49%	43%	6%	0%	2%	100%
Trabalho de Grupo	27%	55%	14%	0%	4%	100%
Apresentação dos grupos	20%	66%	12%	0%	2%	100%
Metodologia da assembléia	51%	35%	10%	2%	2%	100%
Organização do tempo	47%	39%	8%	0%	6%	100%
Infra-estrutura	74%	16%	4%	0%	6%	100%
Recepção	80%	14%	4%	0%	2%	100%
Hospedagem	86%	8%	0%	0%	6%	100%
Alimentação	88%	8%	2%	0%	2%	100%
Confraternização	63%	27%	4%	2%	4%	100%

Em Busca da Saída Emancipadora: uma contribuição ao debate da conjuntura

Palestra proferida pela Prof. Dra. Elaine Rossetti Behring (FSS/UERJ/CNPq) durante Assembléia Nacional do Fórum DCA

Falar sobre essa conjuntura tão complexa e difícil é uma importante tarefa e uma grande responsabilidade que vocês me dão. Agradeço, então, ao Fórum Nacional DCA pela confiança política de que eu possa contribuir para um debate qualificado, e certamente polêmico, sobre essa conjuntura delicada e as possibilidades de ação política dos lutadores da área da infância e juventude.

É um privilégio estar aqui, nesse momento em que a interlocução, a escuta entre os militantes, os lutadores sociais é decisiva. Ao mesmo tempo, sei que esses momentos têm sido difíceis e escassos em função da polarização engendrada pela conjuntura e é bom saber que aqui vamos travar um debate com diferenças, mas na perspectiva da construção de uma agenda política comum. Hoje, mais do que nunca, é necessário tentar acertar na análise para orientar a ação, construindo uma agenda com os processos sociais mais amplos e profundos em curso no Brasil, na perspectiva gramsciana da grande política - aquela que coloca em questão a estrutura da sociedade (Carlos Nelson Coutinho, 2005). Falo da construção estratégica de um projeto societário dissonante do pensamento único e totalitário do neoliberalismo, com sua colonização economicista da política, contra a desigualdade, e que preconiza a radicalização da democracia como componente essencial e via de construção de uma sociedade justa e igualitária.

Construímos coletivamente as conquistas constitucionais de 1988 e o ECA, instrumentos embalados pelo processo de redemocratização do país e em sintonia com o adensamento do campo democrático da sociedade civil brasileira e também da sociedade política, que envolvia movimentos sociais e partidos políticos, a exemplo da CUT e do PT, as mais fortes expressões desse processo, e de possibilidades inéditas de construção de novidades históricas no campo da esquerda, principalmente após a crise do "socialismo real". Os olhos libertários e socialistas do mundo todo estavam voltados para a experiência brasileira e seus desdobramentos ao longo dos anos 80 e 90.

A pergunta que nos inquieta o coração e a razão é: o que aconteceu? Por que os nossos instrumentos de luta foram sendo insidiosamente invadidos, nos anos 90 e nesta virada de século, pelo que de pior existe na cultura política brasileira? Quais as condições em que se operou o que Carlos Nelson Coutinho (2005) caracteriza como o maior movimento transformista da história brasileira? Precisamos recusar as explicações moralistas e fundadas em culpas individuais, do tipo os que estão envolvidos em casos de corrupção e definem a política econômica são

traidores, embora eventualmente o sentimento seja esse. Devemos recusar também explicações fundadas numa suposta "natureza humana" sujeita ao também suposto fato de que o poder necessariamente corrompe, um argumento presente no senso-comum, que leva ao ceticismo e ao abandono da política, cuja consequência é o imobilismo e o fim dos projetos coletivos, alimento para o individualismo exacerbado, o descaso com a vida, e a barbárie; ou que pode estimular, de um outro ângulo, a entrar na roda do pragmatismo e da pequena política. Vejam bem, o que estamos vivendo hoje não eclodiu agora ou é um fenômeno psicológico de traição, mas são processos inscritos nas relações sociais, nas formas que elas assumem hoje.

Estamos diante de um processo racionalmente apreensível, sobretudo se o observamos à luz das tendências do capitalismo contemporâneo e da história recente do país. As contribuições que trago para pensarmos juntos, são parte desse processo de elaboração coletiva do qual todos os militantes, direções de entidades do campo democrático e popular, pessoas interessadas no presente e no futuro do Brasil somos intimados a participar, sob pena de ficar numa posição de defesa apaixonada do indefensável, numa posição de avestruz, que não quer olhar de frente para a realidade, ou sectária e isolada, sem sintonia com o movimento real. Elaborar esse processo para cortar a cabeça da Medusa, tendo em vista socializar para todos o "remédio da vida" que essa sociedade guarda potencialmente em si mesma. Portanto, um período difícil, exigente.

As condições gerais da luta política no capitalismo contemporâneo, que abriga uma incompatibilidade profunda com a democracia - cada vez mais o capital e a burguesia se tornaram incapazes de realizar suas promessas - os trabalhadores começaram a descobrir isso nas lutas de 1848 e por isso forçaram a partir daí um conjunto de reformas democráticas, o que incluiu os direitos sociais. Esse é um período regressivo, contra-revolucionário e contra-reformista, que exige de nós a coragem e a racionalidade de Perseu para cortar a cabeça da Medusa, tendo em vista socializar para todos o "remédio da vida" que essa sociedade guarda potencialmente em si mesma. Portanto, um período difícil, exigente.

A condição geral para que se realize a combinação de processos destrutivos e de dominação como a reestruturação produtiva, com seu impacto sobre os trabalhadores e seus direitos; a mundialização do capital sob hegemonia do império americano - as estratégias de extração de superlucros das empresas associadas aos processos de desregulamentação nos estados-nação e ao belicismo; e o neoliberalismo, corolário ideológico e receituário de medidas práticas - as chamadas "reformas" estruturais, com destaque



aqui para o corte dos direitos; é a de esvaziamento das instituições democráticas e de uma espécie de colonização da política pela economia.

Esses são processos espalhados pelo mundo, mas com expressões e mediações específicas em cada país. Nesse ciclo do capital, a condição para sua reprodução é um ambiente anti-democrático (como já identificava Norberto Bobbio - um intenso mal-estar da democracia), inclusive ampliando-se o uso da força do aparato penal - sobretudo para lidar com a horda e o lumpem proletariado - criminalizando a pobreza, em detrimento da ampliação dos direitos, com impactos visíveis para os jovens e crianças pobres.

O segundo parâmetro para pensarmos é como essas condições gerais se traduziram no Brasil. Tenho falado e publicado que houve no país uma contra-reforma nos anos 90, que inicia com Collor e é definitivamente aprofundada com o Plano Real e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Esta contra-reforma colocou o país em sintonia com a dinâmica geral a que me referia à pouco, com a implementação plena da agenda neoliberal do Consenso de Washington, do FMI, da OMC, e bancos "multilaterais" de investimento. Na contramão de aspectos importantes da Constituição de 88, a exemplo da seguridade social e do ECA, tão importantes na agenda política do movimento pela redemocratização do país, o Estado brasileiro foi refuncionalizado, tendo em vista o lugar estrutural do fundo público no processo de reprodução do capital financeiro. Todo esse processo aconteceu por mecanismos anti-democráticos, sem consulta popular, com uso excessivo das medidas provisórias, e também por mecanismos escusos, a exemplo da balcanização do Congresso Nacional para a reeleição de FHC e também para evitar a CPI das privatizações, que certamente mostraria como o patrimônio público brasileiro foi doado a preço de banana para as "classes produtoras" pelo PSDB e PFL, inclusive com impactos importantes no poder político, com a nova casta dos barões da privatização. Com isso o Estado brasileiro perdeu poder de regulação sobre segmentos centrais da economia, ampliando o poder de barganha dos mercados, sempre muito nervosos e exigentes. Essas mudanças estruturais tiveram o preço de um certo desgaste do projeto neoliberal, especialmente em função da ampliação do desemprego e da violência, ficando para trás a memória do "monstro da inflação" no cotidiano da população. E é nesse contexto favorável à mudança em que se recoloca a candidatura Lula.

No entanto, cabe aqui a sinalização de outras mudanças estruturais nos anos 90: o impacto deletério do neoliberalismo sobre as forças democráticas, seja pela via da flexibilização e precarização do trabalho, do desemprego e da deterioração das condições de vida, esvaziando as entidades e movimentos sociais, em especial o movimento sindical e movimentos urbanos; seja pela ofensiva ideológica e material sobre essas mesmas forças, tendo em vista assegurar bases de legitimidade para o projeto, passivizando e cooptando os trabalhadores. É aí que entram os recursos do FAT, qualificando milhões de trabalhadores e moldando consciências; é aí que entram as novas e pragmáticas direções sindicais interessadas no jogo pesado dos fundos de pensão.

Outro aspecto é que se foi (e é) importante ocupar prefeituras e governos de estado, realizando experiências consistentes e de ampliação da esfera pública, a exemplo do orçamento participativo e de inovações no campo das políticas sociais, o sentido mais profundo dessa ocupação - redirecionar o fundo público para os interesses do trabalho e ampliar a participação política dos "de baixo" - muitas vezes cedeu espaço para a lógica da governabilidade e da resposta imediata, envolvendo fortes concessões para setores conservadores. Basta olhar as políticas de alianças do PT, especialmente a partir de 1994, até terminarmos na desagradável companhia de Roberto Jefferson e cia. E é aí que podemos localizar as diferenças entre o programa e a estratégia da candidatura de Lula em 1989 e em 2002. Entre 1989 e 2002 ocorreram transformações regressivas no Estado e na sociedade brasileiras, com impactos profundos no movimento democrático e popular, que nos permitem compreender - mas jamais justificar, já que a história é feita de escolhas, de opções realizadas por indivíduos e coletivos historicamente situados - o que se passa hoje: a falta de vontade política do governo de realizar a transição para uma nova política econômica (anunciada no PPA, mas não realizada); a captura social-liberal do governo Lula, especialmente no seu núcleo duro - a política econômica, inclusive "blindada" frente à crise política; a degeneração burocrática e ética de segmentos importantes do Partido dos Trabalhadores

e da Central Única dos Trabalhadores; a manutenção do drama crônico brasileiro, tanto da heteronomia - o sentido da colonização para fora (Caio Prado Jr e Florestan Fernandes) - quanto da ausência de redistribuição de renda e riqueza, como mostrou a manifestação do CFESS sobre o Radar Social.

É evidente que existem coisas importantes acontecendo no governo, com projetos interessantes e sintonizados com os princípios que defendemos, mas não podemos analisar o governo Lula no varejo, mas no seu conjunto, pelo seu impacto social efetivo e o que poderia ocorrer se tivéssemos numa direção diferente. Isso que nos deixa entre a tristeza e a indignação: a perda de uma oportunidade histórica muito importante de fazer diferente, para deleite da burguesia e dos segmentos mais preconceituosos da sociedade brasileira, que vêem aí a oportunidade de derrotar não apenas Lula com todo seu significado simbólico, mas qualquer projeto de esquerda e socialista - e outra marca do PT foi o abandono progressivo do socialismo como perspectiva para o Brasil.

Sabia-se, apesar da Carta ao Povo Brasileiro e de elementos programáticos recuados, além da política de alianças conservadora, que a chegada do PT ao governo federal, nesse país de tradições centralistas, abriria um novo período da correlação de forças. Nessa perspectiva, chamam a atenção alguns impactos mais complicados dessa trajetória política do Governo Lula e do PT, desfavoráveis no curto prazo aos trabalhadores, se essa análise segue por um caminho consequente: a fragmentação das forças emancipadoras, partidos, movimentos sociais e entidades; e a estagnação das condições de vida do lumpem, com o que ficam estagnadas também suas condições de participação política, permanecendo esses setores, com exceções, claro, como massa de manobra para a pequena política e os ismos clássicos: o favor, o populismo e o clientelismo, acirrados agora com o mix de fundamentalismo religioso e política. Os que são do Rio de Janeiro sabem do que estou falando.

Como sair dessa condição de fragmentação, desorganização política e desmoralização da esquerda, separando o joio do trigo? Com que forças e aliados contamos? Será que a frustração é apenas um elemento para o imobilismo político ou pode ser a base subjetiva para uma radicalização política, não no sentido imediato, mas no mediato? Trata-se de discutir as tarefas para o campo democrático e popular. Aqui há dois aspectos. O primeiro é programático - o programa da luta por direitos é muito importante, especialmente numa sociedade onde eles foram historicamente escassos. No entanto, se temos em perspectiva a emancipação e sabemos que o capitalismo não realiza o direito igual para condições desiguais, há que defender os direitos, mas ir além de um programa reformista - radicalizar o programa para radicalizar a democracia. Ao lado da questão programática temos o problema das classes e seus segmentos, da vontade política, do elemento subjetivo e do campo de alianças na sociedade brasileira. O movimento operário e popular hoje se divide em três grandes articulações que eventualmente conseguem dialogar entre si, que tem pontos em comum, a exemplo da crítica à política econômica, mas tem diferenças importantes sobre a caracterização e a relação com o governo Lula - a Assembléia Popular, a Consulta Popular e a Coordenação dos Movimentos Sociais. A Assembléia Popular já concluiu que o Governo Lula deu as costas ao povo brasileiro e a Consulta Popular vem chegando mais lentamente à mesma caracterização, ambas apontando que é necessário refundar a esquerda no país, e que esta não se prenda a uma agenda meramente eleitoral. Já a Coordenação dos Movimentos Sociais, a mais representativa dessas articulações, capitaneou o infeliz documento intitulado "Carta ao Povo Brasileiro" que denunciava uma grande mistificação: um golpe da direita para desestabilizar o governo Lula, quando não existe - parafraseando Luís Fernando Veríssimo - o governo de esquerda. Mas também faz duras críticas à política econômica.

Me parece importante acompanhar e participar desse chamado às ruas, que passa por essas articulações do movimento sindical, sem-terra e social urbano, fortalecendo a perspectiva da construção de uma oposição de esquerda unificada ao Governo Lula, até porque tenho duas convicções: de que a esquerda socialista foi derrotada e perdemos o projeto do PT e do governo; e de que apenas a pressão das ruas poderá mudar os rumos do país, no médio prazo, já que no curto estamos vivendo as seqüelas da derrota. Estar nesse campo de uma oposição de esquerda ao Governo Lula não significa, e é bom deixar isso claro, não dialogar com aqueles que dentro do Governo estão realizando uma política de Estado e não de governo, lutando internamente. Pelo contrário, temos que fortalecer esses segmentos por meio da nossa inserção nos conselhos, conferências, grupos de trabalho, enfim, realizando um debate político responsável na perspectiva da garantia ou ampliação de direitos, nesse caso, de crianças e adolescentes, e que resguarde a autonomia política das nossas entidades e movimentos. Mas precisamos admitir o rumo social-liberal desse governo, no sentido de construir novas alternativas e instrumentos, em busca de uma saída emancipadora.



13 fóruns estaduais foram visitados em 2005

A intensificação do relacionamento com os fóruns estaduais tem sido um dos maiores desafios do Fórum Nacional DCA. Nos últimos dois anos quase 20 estados brasileiros receberam a visita de integrantes do Secretário Nacional. Somente em 2005, 13 estados foram visitados: Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins, Espírito Santo, Acre, Roraima, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará, Rondônia, Amapá e Goiás.



Mais do que a presença institucional do Fórum DCA, as visitas representaram em muitas oportunidades a retomada das articulações entre as entidades de defesa da criança e do adolescente nos estados. O principal objetivo destas viagens foi contribuir para o fortalecimento da mobilização entre as entidades filiadas aos fóruns estaduais e os municípios. Nesses encontros a tônica das discussões girou em torno do papel político dos fóruns na discussão das políticas públicas junto aos conselhos e no exercício do controle social.



As viagens fizeram parte do projeto de qualificação da intervenção da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e financiado com recursos do Fundo para a Criança e o Adolescente, por meio de convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Notícias dos Fóruns Estaduais

Rio Grande do Sul O Fórum DCA gaúcho realiza Assembléia Geral e decide investir mais na organização de fóruns municipais para fortalecer a participação da sociedade civil nas bases. A Assembléia conta com o apoio da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa/RS e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/RS. O encontro estadual será no dia 28 de novembro e terá a participação de representantes da sociedade civil integrantes dos Conselhos Municipais, além das entidades filiadas ao Fórum Estadual DCA/RS e uma representação dos Fóruns DCAs Municipais. Os objetivos do encontro são avaliar a caminhada da Sociedade Civil no processo de garantia dos direitos da Criança e do Adolescente, a partir da Constituinte que gerou a Lei Federal/881, até o momento presente; aprofundar o conhecimento sobre a organização coletiva da sociedade civil nos Fóruns DCAs e seus mecanismos de controle social; planejar ações que marquem o compromisso da Sociedade Civil organizada em Fóruns de Direitos das Crianças e Adolescentes em vista do cumprimento da PRIORIDADE ABSOLUTA, e eleger a nova Coordenação do Fórum Estadual DCA/RS, para o biênio 2006/2007.

Amapá O Fórum DCA do Amapá foi implantado em 30 de Setembro com a presença de Vicente Falqueto e Tiana Sento-Sé, representando o Secretariado Nacional do Fórum. O Amapá está passando por uma revisão na Constituição Estadual e o recém criado Fórum já enviou propostas de emenda, entre elas a de que se destine um capítulo específico para a criança e o adolescente.

Paraná As próximas eleições dos representantes não governamentais ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA/PR) serão realizadas em assembleias organizadas pelo Fórum DCA/PR. Após dois anos de discussão, a Comissão de Legislação apresentou proposta que foi aprovada pelo CEDCA/PR em reunião extraordinária de 28 de outubro. O Fórum DCA/PR teve papel decisivo na elaboração e acompanhamento do novo regulamento. Além de maior participação das entidades não governamentais o processo de eleição será feito em macro regiões, garantindo assim uma aproximação do CEDCA/PR com o interior do Estado e também um controle maior dos representantes da sociedade civil pela entidades eleitoras. As eleições acontecerão de 13 a 17 de fevereiro de 2006.



Publicação ajuda a monitorar o Orçamento



No ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 15 anos, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente e o Unicef lançaram a Cartilha **De Olho no Orçamento Criança - Atuando para priorizar a criança e o adolescente no orçamento público**.

Como entender o complexo funcionamento do orçamento público, conjunto de ações e gastos governamentais voltados à saúde, educação, saneamento, habitação, assistência social e etc.? E como fazer dele um instrumento da sociedade civil para exigir a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes nas cidades? Estas são algumas das questões que a publicação procura responder.

O livro reúne a metodologia de acompanhamento do orçamento público desenvolvida no âmbito do Projeto De Olho no Orçamento Criança, iniciativa da Fundação Abrinq, Inesc e Unicef. A metodologia do Orçamento Criança e Adolescente, como é conhecida, permite que organizações da sociedade civil e até mesmo indivíduos identifiquem, nos orçamentos municipais, federais e estaduais, quais gastos são dirigidos a serviços públicos essenciais à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, como escolas, programas de assistência social e proteção, serviços de saúde etc. Mais do que isso, a publicação orienta sobre ações concretas que a sociedade civil pode empreender para exercer "controle social" do gasto público.

Para facilitar o uso da publicação pelas organizações que lidam com questões da infância, o material foi dividido em dois cadernos que funcionam como um guia passo a passo. O primeiro, "Apurando o Orçamento Criança", define o orçamento criança e estabelece as etapas para proceder ao cálculo e à avaliação da fatia do orçamento público destinada à criança e ao adolescente, isto é, quanto vai para o "Orçamento Criança".

O segundo, "Promovendo o Controle Social do Orçamento Criança", ensina de forma didática como utilizar a análise feita sobre o orçamento para atuar, junto ao poder público, reivindicando a destinação de mais recursos para a infância ou seu

redirecionamento para problemas mais urgentes ou para aqueles onde há maior necessidade de cobertura.


Por que Orçamento Criança? - A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente colocam a criança e o adolescente como prioridade absoluta das políticas públicas. Ser prioridade significa estar em primeiro lugar quando se desenha um programa de saneamento, de habitação, de educação, de saúde; ou, ainda, ter mecanismos eficientes para a proteção contra abusos, violência e explorações. Isto necessariamente significa ter recursos garantidos nos orçamentos federal, estadual e municipal para que os direitos desta parcela da população saiam, efetivamente, do papel.

No entanto, de acordo com o Relatório Um Brasil para as Crianças, estima-se que, mantendo as atuais tendências de gasto, até 2010 o governo brasileiro gastará apenas 56% do total necessário para alcançar as metas internacionais na área da infância e da adolescência, assinadas pelo país junto às Nações Unidas. É, portanto, conhecendo e agindo sobre o orçamento público que a sociedade civil pode mudar esse quadro. Neste sentido, a metodologia do OCA vem sendo testada por três organizações sociais do país: o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-CE) e o Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Tais instituições vêm aplicando a metodologia proposta como piloto nos estados de Pernambuco, Ceará e São Paulo, respectivamente, e contribuíram com sua experiência para o aperfeiçoamento da mesma.

Além destas organizações, são parceiros da iniciativa a Save the Children UK, o **Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, a Fundação Kinder Not Hilfe e os Maristas. A publicação está disponível para download nos sites do Inesc (www.inesc.org.br) e da Fundação Abrinq (www.fundabrinq.org.br).

(Fonte: site da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança)





Conferência Nacional discutirá importância da participação social na construção de políticas voltadas para a infância e adolescência

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e a Subsecretaria dos Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República realizam em Brasília (DF), de 12 a 15 de dezembro, a VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O tema da Conferência será "Participação, Controle Social e Garantia de Direitos - Por uma Política para a Criança e o Adolescente".

O encontro será realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. As conferências são realizadas a cada dois anos, com a participação de centenas de delegados de todos os estados brasileiros. A VI Conferência deverá contar com a participação de mais de mil delegados e convidados do Conanda. Participarão ainda representantes de organismos internacionais.

Segundo definições do Conanda, cada Estado será representado por um número mínimo de 22 delegados, entre representantes dos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente; de Conselhos Tutelares; de órgãos governamentais e de entidades não governamentais e adolescentes. Cada representação estadual/distrital terá a participação de no mínimo quatro delegados adolescentes.

O objetivo da Conferência é promover uma reflexão nacional com a sociedade e com o governo, a fim de reconhecer, valorizar e, sobretudo, ampliar a participação no controle social para a consolidação do princípio da prioridade absoluta, preconizado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Conferência Nacional é precedida de conferências estaduais e municipais. De acordo com o calendário estabelecido para este ano, os municípios deveriam realizar suas conferências até julho. Já os estados tiveram prazo até outubro para realização de seus eventos. As conferências municipais e estaduais iniciam a discussão do tema central da Conferência Nacional, respeitando as diversidades locais.

São estas conferências que preparam o terreno para a Conferência Nacional. A idéia é que as conferências mobilizem pessoas ligadas aos órgãos públicos e ao movimento social de defesa dos direitos da infância e da juventude que discutam estratégias para:

- ♦ formulação, execução e monitoramento de políticas eficientes, eficazes e efetivas de atenção aos direitos da criança e do adolescente;
- ♦ participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público;
- ♦ participação social na promoção da igualdade e valorização da diversidade: gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional.

A metodologia utilizada parte do local para o global e com isso as discussões vão ganhando novos fundamentos e a troca de experiências se intensifica à medida que o debate é ampliado. Ao final do ano, um amplo debate em torno da garantia dos direitos da criança e do adolescente terá acontecido.



Aos Operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente

Com o tema "Participação, Controle Social e Garantia de Direitos - por uma Política para a Criança e o Adolescente", o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) realiza, em 2005, a VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com etapas municipal, estadual, distrital e nacional (conferir texto base em www.presidencia.gov.br/sedh/conanda).

A finalidade central da Conferência é "ampliar a participação e o controle social na efetivação da política para a criança e o adolescente", oportunidade em que os participantes irão refletir e compartilhar informações para a formulação de uma política pública integral destinada a 61 milhões de crianças e adolescentes.

Este processo de construção será alimentado por painéis de discussão sobre o "O papel da Sociedade e do Estado na formulação, execução e monitoramento de uma política para a criança e o adolescente", "A Participação Social na Elaboração, Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Público" e "A participação social na promoção da igualdade e valorização da diversidade: gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional".

Da etapa nacional (12 a 15 de dezembro, em Brasília - DF) devem participar 1.400 pessoas, entre delegados adultos e adolescentes, convidados nacionais e estaduais. Na Conferência de Abertura será feito um balanço crítico dos 15 anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de identificar o grau de efetivação dos direitos e (re) afirmar compromissos para todos aqueles que têm responsabilidades com os Direitos Humanos da criança e do adolescente.

Conclamamos a todos e todas a estarem juntos na luta cotidiana de efetivação de direitos!

Respeitosamente,

José Fernando da Silva
Presidente do Conanda

Programação da VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2005)
Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília (DF)

12/12/2005

- 09h00 - 16h00 - **Credenciamento**
15h00 - **Reunião dos Adolescentes**
16h30 - **Apresentação Cultural**
17h00 - **Abertura**
18h00 - **Conferência de Abertura:** "15 Anos do ECA: retrospectiva histórica da participação social, avanços e desafios"
♦ **Dalmo Dalari**, - Titular do curso de Direito da USP e Coordenador da Cátedra UNESCO/USP de Direitos Humanos.
19h00 - **Aprovação do Regimento Interno**
20h00 - **Coquetel**

13/12/2005

- 08h:00 - 12h00 - **Continuação do Credenciamento**
08h30 - **Painel I**
"O Papel do Estado e da Sociedade na Formulação e Fiscalização de uma Política para a Criança e o Adolescente".

Painelistas:

- ♦ **Amarildo Baesso** - Sociólogo, Mestre em Ciências Sociais, Subsecretário de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e Vice-presidente do Conanda.
♦ **Ruda Ricci - Sociólogo**, Mestre e Doutor em Ciências Sociais e Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Debatedores:

- ♦ **Cláudio Augusto Vieira da Silva:** Ex-presidente do Conanda, atual conselheiro representando a Fundação Fé e Alegria do Brasil
♦ **Delegado Adolescente:** nome a ser definido

- 10h:00 - **Debate**
11h:00 - **Orientação para o Trabalho em Grupo**
12h:00 - **Almoço**
13h:30 - **Trabalhos de Grupo**
16h00 - **Painel II**

"A Participação Social na Promoção da Igualdade e Valorização da Diversidade: gênero, raça, etnia, procedência regional, pessoa portadora de deficiência e orientação sexual".

Políticas Públicas e Estratégias de Organização Social para a redução das Desigualdades e valorização da diversidade:

- ♦ Gênero, raça, etnia e procedência regional.
♦ Pessoa Portadora de Deficiência.
♦ Orientação Sexual.

Painelistas:

Subtema: Gênero, Raça, Etnia e Procedência Regional

- ♦ **Rosana Heringer** Doutora em Sociologia, Coordenadora Geral de Programas de gênero e relações raciais da Action Aid Brasil.

Subtema: Pessoa Portadora de Deficiência

- ♦ **Izabel Maria Madeira Maior** - Médica, mestra do Departamento de Clínica Médica da UFRJ, Especialista em Política Pública e Gestão Governamental, Coordenadora Geral da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).

Subtema: Orientação Sexual

- ♦ **Reinaldo Bulgarelli** - Responsável pela elaboração do Relatório do Unicef sobre Situação da Infância e Adolescência no Brasil.

Debatedores:

- ♦ **Maria Inês da Silva Barbosa** - Doutora em Saúde Pública, Diretora de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir/Pr.
♦ **Delegado Adolescente:** nome a ser definido.

17h:40 - **Debate**

19h:00 - **Jantar**

20h:00 - **Articulação do Conanda com os Conselhos Estaduais**

20h:00 - **Articulação dos Conselhos Municipais; dos Conselhos Tutelares, do Fórum DCA; e dos Adolescentes (atividade facultativa).**

14/12/2005

08:30 - Realizações do Conanda

09h:10 - Trabalhos de Grupo

12h:00 - Almoço

13h30 - **Painel III:** "A Participação Social na Elaboração, Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Público".

Painelistas:

- ♦ **Jussara de Goiás** Especialista do INESC.
♦ **Ronaldo Coutinho Garcia** Doutor em Políticas Públicas, especialista do IPEA

Debatedores:

- ♦ **Nayara de Moraes** Advogada e especialista de Direito Constitucional, Coordenadora do Orçamento participativo da Prefeitura de Fortaleza-CE, Fundadora e ex-advogada do CEDCA-CE.

- ♦ **Delegado Adolescente:** nome a ser definido

15h:00 - **Debate**

16h:30 - **Trabalhos de Grupo**

19h00 - **Jantar**

20h:00 - **Atividade Cultural para os adolescentes**

20h:00 - **Espaço para Articulação do Conanda; dos Conselhos Estaduais/Distrital; Municipais e Tutelares (atividade Facultativa)**

15/12/2005

08h30 - **Aprovação dos Trabalhos de grupo Painel I**

10h30 - **Aprovação dos Trabalhos de Grupo Painel II**

12h30 - **Almoço**

14h00 - **Aprovação dos Trabalhos de Grupo - Painel III**

16h00 - **Aprovação das Moções**

17h30 - **Encerramento**





Fórum DCA, Anced e Rede de Monitoramento articulam seminário no Fórum Social Mundial 2006 sobre importância de redes na defesa de direitos

Como desdobramento do II Fórum de ONG de Infância e Adolescência de Iberoamérica, que reuniu representantes de quase 40 redes e coalizões de 23 países da Iberoamérica e organizações com presença em toda a região, em León, na Espanha, em setembro, as três organizações brasileiras que participaram do evento (Fórum Nacional DCA, Associação Nacional de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - Anced e Rede de Monitoramento Amiga da Criança) estão articulando a realização de um seminário no Fórum Social Mundial 2006, que acontecerá em Caracas, Venezuela, em janeiro.

As três organizações constituíram um comitê brasileiro para discutir com outras Ongs os desdobramentos do II Fórum Iberoamericano. A idéia é dar continuidade às discussões sobre a construção de uma rede ibero-americana de organizações da sociedade civil que trabalham seguindo a Convenção dos Direitos da Criança, a partir da experiência da REDLAMYC (Rede Latino-americana e Caribenha pelos Direitos da Criança e do Adolescente). O objetivo da nova rede seria fortalecer a participação das organizações da sociedade civil nas cumbres ibero-americanas de chefes de Estado e de Governo.



O II Fórum Iberoamericano foi realizado às vésperas da VII Reunião Ibero-americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência. Durante três dias, representantes de organizações da sociedade civil debateram sobre a situação da criança e do adolescente na região e estratégias para combater a exclusão econômica, social, política e cultural.

O encontro foi mais um passo na construção de um coletivo ibero-americano de organizações da sociedade civil que trabalham seguindo a Convenção dos Direitos da Criança, iniciativa que teve início no I Fórum de ONG de Iberoamérica realizado na Costa Rica, em 2004. Outro encontro deverá ser realizado no próximo ano, no Uruguai, e até lá será estudada a criação de uma rede ibero-americana.

Ao final do encontro, a delegação brasileira também comprometeu-se a articular a participação de organizações de Portugal no próximo Fórum; divulgar no Brasil as deliberações do II Fórum; encaminhar ao governo brasileiro a declaração oficial, e definir um plano de ação para implementar as deliberações do II Fórum.

Articulações - Integrantes do Secretariado Nacional do Fórum DCA participaram em novembro de eventos no Peru (Lima) e Argentina (Buenos Aires), relacionados com a defesa dos direitos da criança e do Adolescente. Em Lima, o Fórum DCA esteve presente no II Congresso Mundial sobre Direitos da Infância e Adolescência.

O Congresso Mundial teve como finalidade criar um espaço acadêmico e de intercâmbio de experiências que ofereça diretrizes para uma intervenção integral e que promova a vigência efetiva dos direitos das crianças e dos adolescentes, a partir do enfoque de direitos e desenvolvimento humano.

A Secretária de Articulação, Tiana Sento-Sé (IBISS), e a Secretária de Finanças, Iolete Ribeiro (CFP), representaram o Fórum. Antes do Congresso, também em Lima, elas participaram de uma reunião preparatória para o Seminário Sub-regional sobre Implementação das Recomendações do Comitê dos Direitos da Infância da ONU, que aconteceu dias depois em Buenos Aires, Argentina.

Neste seminário sobre as recomendações, o Fórum foi representado por Tiana e pelo Secretário Adjunto, Itamar Batista (Fundação Abrinq). No ano passado, a Associação Nacional dos Centros de Defesa e do Adolescente (Anced) e o Fórum Nacional DCA apresentaram um relatório da sociedade civil sobre a situação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, em Genebra, na Suíça.

O Fórum Nacional DCA aproveitou a participação nestes eventos para articular com outras Ongs iberoamericanas a realização do seminário em Caracas.

